

**OS MAIS RECENTES EVENTOS DISRUPTIVOS E A REORGANIZAÇÃO
ESPACIAL DA ECONOMIA MUNDIAL: “DESGLOBALIZAÇÃO” OU
“REGIONALIZAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO”?**

**THE MOST RECENT DISRUPTIVE EVENTS AND THE SPATIAL
REORGANIZATION OF THE WORLD ECONOMY: “DEGLOBALIZATION” OR
“REGIONALIZATION OF GLOBALIZATION”?**

**LOS EVENTOS DISRUPTIVOS MÁS RECIENTES Y LA REORGANIZACIÓN
ESPACIAL DE LA ECONOMÍA MUNDIAL: ¿“DESGLOBALIZACIÓN” O
“REGIONALIZACIÓN DE LA GLOBALIZACIÓN”?**

Márcio Rogério Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

marcio.gedri@gmail.com



Destaques

- A globalização é associada a estratégias corporativas e governança neoliberal, mas revela um “liberalismo paternalista”, onde Estados protegem grandes capitais em detrimento da equidade territorial.
- Eventos disruptivos (2008-2025) questionam a globalização, mas indicam rearranjos geopolíticos e geoeconômicos, não desglobalização, com cadeias de suprimentos reconfiguradas regionalmente e ascensão de uma ordem multipolar.
- Há uma “regionalização da globalização”, com fragmentação econômica e geopolítica, evidenciada por dados de comércio, IEDs e PIB, sem confirmação de um refluxo estrutural da globalização econômica.



RESUMO

A economia global tem passado por transformações impulsionadas por eventos disruptivos que impactam a economia dominante, especialmente o processo de globalização, consolidado desde a década de 1970. Alguns estudos sugerem a existência de um movimento de “desglobalização”, caracterizado pelo recuo das interconexões econômicas internacionais e pela reconfiguração das cadeias globais de valor. No entanto, com base em dados econômicos e fatores geopolíticos, questionamos a permanência desse fenômeno. Nossa hipótese sustenta que a “desglobalização” é um processo temporário, resultante de eventos disruptivos, e que, na realidade, está ocorrendo uma reorganização espacial das conexões econômicas globais, configurando uma “regionalização da globalização”. Os indicadores econômicos analisados apontam que, apesar dos impactos iniciais desses eventos, a economia mundial segue um movimento de regionalização, sem retrocesso significativo no desempenho global.

Palavras-chave: Eventos disruptivos. Desglobalização. Regionalização. Geopolítica. Geoeconomia.

ABSTRACT

The global economy has undergone transformations driven by disruptive events that impact on the dominant economic framework, particularly the globalization process, which has been consolidated since the 1970s. Some studies suggest the existence of a “deglobalization” movement, characterized by a retreat in international economic interconnections and the reconfiguration of global value chains. However, based on economic data and geopolitical factors, we question the permanence of this phenomenon. Our hypothesis argues that “deglobalization” is a temporary process resulting from disruptive events and that a spatial reorganization of global economic connections is taking place, shaping a “regionalization of globalization”. The analyzed economic indicators suggest that, despite the initial impacts of these events, the global economy continues to move toward regionalization without a significant decline in overall performance.

Keywords: Disruptive events. Deglobalization. Regionalization. Geopolitics. Geoeconomics.

RESUMEN

La economía global atraviesa transformaciones significativas, muchas de ellas impulsadas por eventos disruptivos. Estos eventos interfieren en la corriente económica principal, particularmente en la “globalización”, pilar del orden liberal internacional desde la década de 1970. Algunos autores sostienen que estamos presenciando un proceso de “desglobalización”, es decir, un retroceso en las interconexiones económicas internacionales que afecta la organización espacial de las cadenas globales de valor. Sin embargo, con base en ciertos datos económicos y en las contingencias geopolíticas actuales, cuestionamos si realmente existe un movimiento de “desglobalización”. Nuestra hipótesis es que la “desglobalización” constituye un fenómeno temporal, limitado a los efectos de eventos disruptivos específicos. Los acontecimientos geoeconómicos y geopolíticos analizados sugieren, más bien, una reorganización espacial de las interconexiones económicas globales, lo que podríamos



denominar una “regionalización de la globalización”. En conclusión, la economía mundial parece estar encaminándose hacia una mayor regionalización, ya que los principales indicadores de su desempeño no han mostrado una disminución significativa tras los recientes eventos perturbadores.

Palabras clave: Eventos disruptivos. Desglobalización. Regionalización. Geopolítica. Geoeconomía.

INTRODUÇÃO

Na primeira edição, em francês, do livro *A Mundialização do Capital*, François Chesnais propôs uma crítica ao termo amplamente difundido de “globalização”. No prefácio da edição brasileira, de 1996, ele destacou que a expressão “mundialização do capital” corresponde de forma mais precisa ao termo em inglês globalização. A rápida ascensão do capital financeiro, ao coincidir com o enfraquecimento do capital industrial, permitiu a ampliação das interconexões globais. Articulações seletivas e planejadas, mas repletas de contradições, como no ambiente da saúde, onde doenças epidêmicas, como o SARS-CoV-2 (Covid-19), se transformaram aceleradamente em pandemias. Mesmo os avanços no mundo digital, facilitando a transmissão de dados, estão associados a contingências financeiras globais, consolidando transferências financeiras mais rápidas e seguras (financeirização da economia).

Muitos autores – como Hirst e Thompson (1998), Gonçalves (1999; 2003), Losurdo (2010), Belluzzo (2013), entre outros – associam o termo globalização a enfoques econômicos, afastando-o da ideia de uma integração mais ampla. A expressão *globalization* repousa em enfoques difundidos pelas *business schools* norte-americanas, que tinham como objetivo o desenvolvimento de habilidades de mercado voltadas para as multinacionais, com ênfase nas *competitive strategies* (Porter, 1990). Os mecanismos de transformação das multinacionais em “empresas globais” não se limitam a estratégias competitivas corporativas, mas também a operacionalizar uma governança global, fundamentada nos princípios de uma “ordem (neo)liberal internacional”, capaz de aplicar métodos liberais (Kornprobst e Paul, 2021) em diversos territórios nacionais e subnacionais, sob a premissa de que concorrência e competitividade espacial aumentam a “atratividade territorial” (*attractivité territoriale*). A realidade, contudo, revela um “liberalismo paternalista”, no qual o Estado atua quase exclusivamente como protetor dos grandes capitais, concedendo vantagens competitivas às suas



corporações – uma vantagem competitiva das nações (Porter, 1990), subjugando-as a ceder um “mais-valor na escala do território” (isenções fiscais, infraestruturas, fluidez e outros fatores de localização econômica e espacial).

Para Chesnais (1996), a globalização se aplica à crescente internacionalização econômica, associada a massivos investimentos externos, à expansão das atividades econômicas entre países ou regiões, a avanços vertiginosos nos sistemas de comunicações e transportes, e a intensificação dos fluxos comerciais. Chesnais (1996) argumenta, por exemplo, que a globalização consubstancia a capacidade estratégica de grandes grupos oligopolistas, tanto na produção manufatureira quanto nos principais serviços, de adotar, por conta própria, uma “abordagem e conduta globais”. A globalização econômica, não obstante, ainda está em expansão ou já apresenta sinais de refluxo, podendo estar caminhando para um processo de “desglobalização”? Quais são as configurações emergentes na geoeconomia e na geopolítica globais?

A partir dos eventos disruptivos (*disruptive events*) mundiais, que, segundo Lins (2023), têm origem em 2007-2008, surgem questionamentos sobre os rumos da globalização. O KOF (Instituto Econômico Suíço que mede o índice de globalização) revela que a globalização – crescente desde a década de 1970, especialmente após o fim da Guerra Fria, no início dos anos 1990 – ainda não recuperou o nível anterior à pandemia de Covid-19. Embora o índice de globalização tenha aumentado moderadamente, no final de 2023, ele permanece abaixo dos níveis de 2019. Um fato marcante é que, enquanto a “globalização econômica” mostra sinais de recuperação, a “globalização social” continua restringida devido à pandemia (KOF, 2024), ou seja, o que prevalece na dinâmica da globalização é basicamente a vertente econômica.

Os eventos disruptivos, conforme Lins (2023), têm início com o estouro da bolha imobiliária nos Estados Unidos em 2008. Esse marco foi seguido pela guerra comercial entre o “império do capital” e seus “Estados múltiplos” com a China, iniciada durante o governo Trump em 2017 – conflito que se estendeu pelo governo de Joe Biden (2021-2025) e reconfigura-se mais gravemente no novo governo de Donald Trump (2025-2029). A essas ocorrências somam-se a pandemia de Covid-19 em 2020 e o conflito na Ucrânia em 2022. Além desses, é possível incluir outros dois eventos disruptivos: a crise mexicana de 1994 (Efeito Tequila) e os conflitos



envolvendo Israel, Hamas, Hezbollah e a Síria¹. Embora esses últimos tenham tido impactos econômicos globais de menor magnitude, contribuíram para o cenário de instabilidade regional. O que se torna evidente é que, com a sucessão desses acontecimentos, surge e se consolida, ao longo dos anos, o uso do termo desglobalização.

Algumas bibliografias – como o artigo de James (2018), intitulado *Deglobalization: the rise of disembedded unilateralism*² – destacam evidências de desglobalização. James (2018) baseia-se especialmente na crise financeira de 2008, ressaltando que isso não implica necessariamente em um colapso, mas em uma estagnação, devido à diminuição dos fluxos financeiros transfronteiriços. Outro ponto que reforça seu argumento é que o comércio internacional não cresceu tão rapidamente quanto antes da crise de 2008. Para o autor, a “desglobalização política” avançou mais rapidamente que o comércio (James, 2018). Outros autores também utilizam a expressão desglobalização, especialmente após observarem um conjunto de eventualidades globais, ou seja, os eventos disruptivos. Esse conjunto de ocorrências, em um curto período (apenas algumas décadas), foi capaz de causar reorganizações espaciais nas cadeias de suprimentos globais e gerar uma desconfiança quanto ao futuro da globalização, colocando a ordem liberal internacional em estado de alerta.

Apesar dos impactos desses eventos disruptivos, eles não confirmam os argumentos em favor de uma desglobalização. O que as casualidades indicam são rearranjos geoeconômicos e geopolíticos que, por consequência, estão reconfigurando as relações entre os territórios, o que significa a disputa pela manutenção da hegemonia global (Chesnais, 1996; Losurdo, 2004; Chang, 2004; Wood, 2014). Trata-se de uma reorganização baseada em espionagens, conflitos, golpes de Estado, guerras (híbridas e convencionais), *offshoring*, *reshoring*, *nearshoring*, ou seja, uma série de transformações estratégicas nas cadeias de fornecimento, produção e distribuição, com fortes impactos territoriais. Fica cada vez mais evidente a crise do “império do capital” (Wood, 2014) e o processo de conformação de uma ordem multipolar. Ellen Wood (2014, p. 11) afirma que:

¹A OMC projeta crescimento de 2,6% no comércio global em 2024, após queda em 2023. Conflitos como os da Ucrânia e Oriente Médio geram incertezas e afetam a logística e os preços das commodities. Apesar disso, Brasil e Rússia apresentam projeções de crescimento acima do esperado.

² Além de James (2018), existem diversos outros estudos, tanto mais antigos quanto mais recentes, abordando diferentes vertentes do tema, como Lins (2023), um dossiê da revista *International Affair*” (volume 97, setembro de 2021), da *Oxford Academic*, Karunaratne (2012), Witt (2019), Bergeijk (2019), entre outros.



“(…) o modo capitalista de imperialismo econômico é o primeiro imperialismo da história que não depende apenas da captura de determinado território ou da dominação de determinado povo”. Sua agressividade está em “supervisionar todo o sistema global de Estados e assegurar que o capital imperial possa navegar com segurança e lucratividade por esse sistema. Não se trata apenas de resolver o caso dos Estados ‘bandidos’ ou dos Estados ‘fracassados’, mas também de manter os Estados subalternos vulneráveis à exploração”.

A autora observa que para ser verdadeiramente eficaz, o imperialismo deve consolidar a supremacia política e militar de uma única potência sobre as demais. Isso se deve ao fato de que, embora o capital global dependa de um sistema organizado de múltiplos Estados, é difícil imaginar como ele poderia coexistir com uma estrutura na qual o poder militar fosse distribuído de maneira relativamente equilibrada entre os diferentes Estados. A concentração de poder em uma única nação parece essencial para garantir a ordem e a estabilidade necessárias ao funcionamento do sistema capitalista global.

Este artigo discute os impactos dos eventos disruptivos, questionando a afirmação de uma desglobalização. Embora haja uma série de percalços – como crises de superprodução e subprodução (durante a pandemia de Covid-19, por exemplo), estagnação e mudanças espaciais nos fluxos comerciais e financeiros internacionais, perda de importância das Cadeias Globais de Valor (CGV)³ no comércio internacional, surgimento de gargalos e reorganizações nas cadeias de suprimentos globais, baixo ritmo de Investimentos Externos Diretos (IEDs), recessão econômica e baixo crescimento do PIB global, ameaças ao atual padrão financeiro global (baseado no padrão dólar), entre outros – não há um conjunto de evidências que corroborem com a afirmação de um refluxo substancial da globalização.

Portanto, buscamos afirmar que está em curso a promoção de um quadro “constelado” de novas geometrias/configurações, incluindo uma maior fragmentação e multipolaridade da economia e dos interesses geopolíticos globais. Observa-se uma crescente “regionalização” da interconexão da economia internacional, ou seja, da globalização econômica. Estamos diante de uma maior regionalização das interconexões econômicas globais e de uma “regionalização da globalização”, fruto da reorientação/reorganização espacial de

³As cadeias globais de valor (CGV), entendidas como uma nova fase da globalização, apresentam hierarquias e desigualdades entre setores e territórios. Governadas por multinacionais, essas cadeias moldam estratégias produtivas e influenciam a economia global. Sua estrutura revela assimetrias e diferentes formas de controle entre os elos (Lins, 2023).



alguns dos principais determinantes da “mundialização do capital”. Focamos – no processo de análise do artigo – no comércio internacional (sua espacialização e intensidade) e, em especial, nos circuitos das cadeias globais de valor, assim como nos circuitos espaciais dos sistemas de transportes que sustentam esse comércio. Utilizaremos também os dados do PIB global e regional, PIB-PPC (G20, BRICS+ e G20-B), Investimentos Externos Diretos (IEDs) globais e regionais (G20, BRICS+ e G20-B), entre outros, numa correlação entre geoeconomia e geopolítica.

EVENTOS DISRUPTIVOS, NOVA ORDEM MUNDIAL E OS REFLEXOS SOBRE AS INTERCONECTIVIDADES ECONÔMICAS DA GLOBALIZAÇÃO

O aumento da internacionalização econômica, especialmente no comércio, foi liderado por multinacionais, que se tornaram empresas globais conforme a concepção das *Business Schools*. Essas entidades puderam organizar de maneira eficiente o trabalho de suas filiais e suas relações de *offshoring* (Chesnais, 1996). Em 1990, os grandes fluxos do comércio mundial de mercadorias estavam concentrados entre países desenvolvidos, seguidos pelos países em desenvolvimento e pelas nações do leste. As diferenças nas trocas comerciais entre esses espaços regionais eram extremamente desiguais. O montante total do comércio exterior dos países desenvolvidos, em 1990, foi de 2.495 bilhões de dólares, sendo US\$ 1.922 bilhões entre países do bloco, US\$ 513 bilhões com países em desenvolvimento e US\$ 55 bilhões com os países do leste. Os países em desenvolvimento registraram um comércio exterior de 789 bilhões de dólares, dos quais US\$ 256 bilhões foram entre países do bloco, US\$ 458 bilhões com países desenvolvidos e US\$ 27 bilhões com países do leste. Os países do leste encerraram um comércio exterior de 165 bilhões de dólares, sendo US\$ 73 bilhões entre esses países, US\$ 73 bilhões com países desenvolvidos e US\$ 27 bilhões com países em desenvolvimento.

Observando o mesmo quadro 23 anos depois, é possível verificar que China, Rússia, Índia, África do Sul e Brasil ocupam posições distintas na economia global em comparação com a década de 1990. Em 2023, o PIB-PPC (Produto Interno Bruto por Paridade de Poder de



Compra)⁴ dos 10 países mais bem colocados inclui cinco que não faziam parte das nações desenvolvidas nos anos de 1990 (FMI, 2024). São eles: China (1º colocado – 32.931,36 bilhões de Int\$), Índia (3º colocado – 13.342,45 bilhões de Int\$), Rússia (6º colocado – 5.180,14 bilhões de Int\$), Indonésia (7º colocado – 4.391,38 bilhões de Int\$) e Brasil (8º colocado – 4.085,03 bilhões de Int\$). No G20⁵, ainda encontramos a Turquia (3.628,74 bilhões de Int\$), México (3.275,80 bilhões de Int\$), Argentina (1.249,88 bilhões de Int\$) e África do Sul (993,04 bilhões de Int\$). Coreia do Sul (2.918,22 bilhões de Int\$) e Arábia Saudita (2.241,69 bilhões de Int\$) também evoluíram suas economias desde os anos de 1990.

Desde os anos de 1990, após a crise mexicana e diversos eventos disruptivos tratados por Lins (2023), a situação geoeconômica e geopolítica mundial mudou significativamente. Ao longo dos anos, o império do capital e seus Estados múltiplos (Wood, 2014) perderam parcelas da hegemonia global. As regras de mercado previamente estabelecidas já não são mais adequadas; o neoliberalismo e os postulados da globalização foram assimilados por alguns países, que se tornaram competitivos nesse cenário. Consequentemente, as potências econômicas alteraram suas estratégias anteriores para se adaptarem às novas realidades geopolíticas e econômicas, resultando em relações internacionais mais agressivas militarmente e unilateralistas.

As multinacionais continuam a desempenhar um papel dominante no comércio mundial⁶. Em 1988, elas representavam 40% do comércio total de manufaturas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Chesnais, 1996). Em 1993, o comércio externo das multinacionais distribuiu-se setorialmente da seguinte maneira: 1) exportações intracorporativas somaram 1.587 bilhões de dólares (33,3%), 2) exportações para empresas não coligadas alcançaram 1.555 bilhões de dólares (32,6%) e 3) exportações de todas as outras empresas totalizaram 1.620 bilhões de dólares (34,1%). Esses dados indicam uma intensa atividade intragrupo e intercâmbio industrial transnacional (*offshoring*), reforçando a

⁴ Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) mede o valor total de bens e serviços produzidos em uma economia em termos monetários, o PIB-PPC leva em consideração as diferenças nos preços de bens e serviços entre os países, proporcionando uma visão mais precisa das economias em termos reais.

⁵ O G20 é composto por 19 países, além da União Europeia e da União Africana, com participação de organizações internacionais convidadas. A União Europeia é representada por sua presidência rotativa e pelo Banco Central Europeu. FMI e Banco Mundial também integram os encontros.

⁶ A base de cálculo estabelece 2010=100%.



participação das cadeias globais de valor no comércio internacional, tanto em termos de quantidade quanto no direcionamento espacial dos fluxos comerciais.

O comércio internacional manteve um crescimento constante, com alguns retrocessos, como em 2019 e 2020, devido à pandemia do coronavírus SARS-CoV-2. Outros impactos no comércio exterior foram limitados, como em 1981 e 1982; 1993; 2002; 2009 e 2010; 2015 a 2017 (UNCTAD, 2024; Banco Mundial, 2024)⁷. O IED global apresentou variações históricas mais significativas, principalmente em anos como 1976; 1982 a 1985; 1991; 2001 a 2003; 2008 e 2009; 2012 a 2017; 2018 a 2020. Um destaque negativo foi o ano de 2018, com investimentos externos de 895.070,03 milhões de US\$, comparáveis ao ano de 2001 (895.613,60 milhões de US\$). A recuperação começou em 2021, embora ainda distante dos picos positivos de IED registrados em 2007, 2015 e 2016. Os anos de 2022 e 2023 mostraram sinais de melhoria em comparação a 2021 (ADB, 2024; Banco Mundial, 2024; FMI, 2024; IBE et al., 2024; UNCTAD, 2020).

A transição da década de 2000 para 2010 apresentou estagnação seguida de declínio na participação das CGV no comércio internacional. No entanto, as cadeias globais de valor demonstraram resiliência ao se reestruturarem organizacional e espacialmente (Lins, 2023). Várias economias emergentes, particularmente os membros dos BRICs, destacaram-se na consolidação das CGV pós-crise financeira de 2007 e 2008, impulsionando o crescimento do comércio sul-sul (Lins, 2023).

A China tem enfrentado um cenário geopolítico e econômico desafiador desde o início das políticas protecionistas e tarifárias implementadas pelos Estados Unidos durante o governo de Donald Trump (2017-2021), que foram mantidas e, em alguns aspectos, intensificadas durante a administração de Joe Biden (2021-2025). Com a volta de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos em 2025, essas políticas se tornaram ainda mais assertivas, ampliando as tensões comerciais e tecnológicas entre as duas maiores economias e de poder bélico do mundo.

Diante desse contexto, a China tem adotado uma série de estratégias para mitigar os impactos dessas medidas e garantir sua posição como potência global. Uma das principais

⁷ Esse refluxo do comércio internacional, ocorrido em alguns anos desde 1970, com exceção de 2020, não é necessariamente insignificante. Pode representar um pequeno retrocesso, mas também interrompe uma série histórica de crescimento contínuo.



respostas tem sido a diversificação de seus parceiros comerciais, com um foco crescente na América Latina e na África. Essas regiões são vistas como fontes estratégicas de recursos naturais, como grãos e minérios, que são essenciais para sustentar o crescimento econômico chinês e sua base industrial. A China tem buscado fortalecer laços comerciais e de investimento com esses países, reduzindo sua dependência do mercado norte-americano.

Outra estratégia importante tem sido a reconfiguração das cadeias globais de suprimentos, produção e distribuição. A China está reorientando suas operações por meio do uso de *offshoring*, ou seja, deslocando parte de sua produção para outros países e territórios. Essa prática permite que as empresas chinesas acessem mais facilmente os mercados ocidentais, evitando as tarifas impostas pelos Estados Unidos. Países como Brasil, México, Peru e Malásia têm se tornado destinos importantes para essas operações, o que gera impactos territoriais significativos, incluindo aumento da competitividade e atratividade dessas regiões para investimentos estrangeiros.

Essa reorientação geográfica também envolve a adoção de estratégias que foram amplamente utilizadas por multinacionais ocidentais a partir da década de 1980, como a terceirização e a desverticalização produtiva. A China está fragmentando suas cadeias de valor, transferindo atividades de produção e serviços para outros países, o que resulta em rearranjos espaciais diversificados e uma maior integração com economias emergentes.

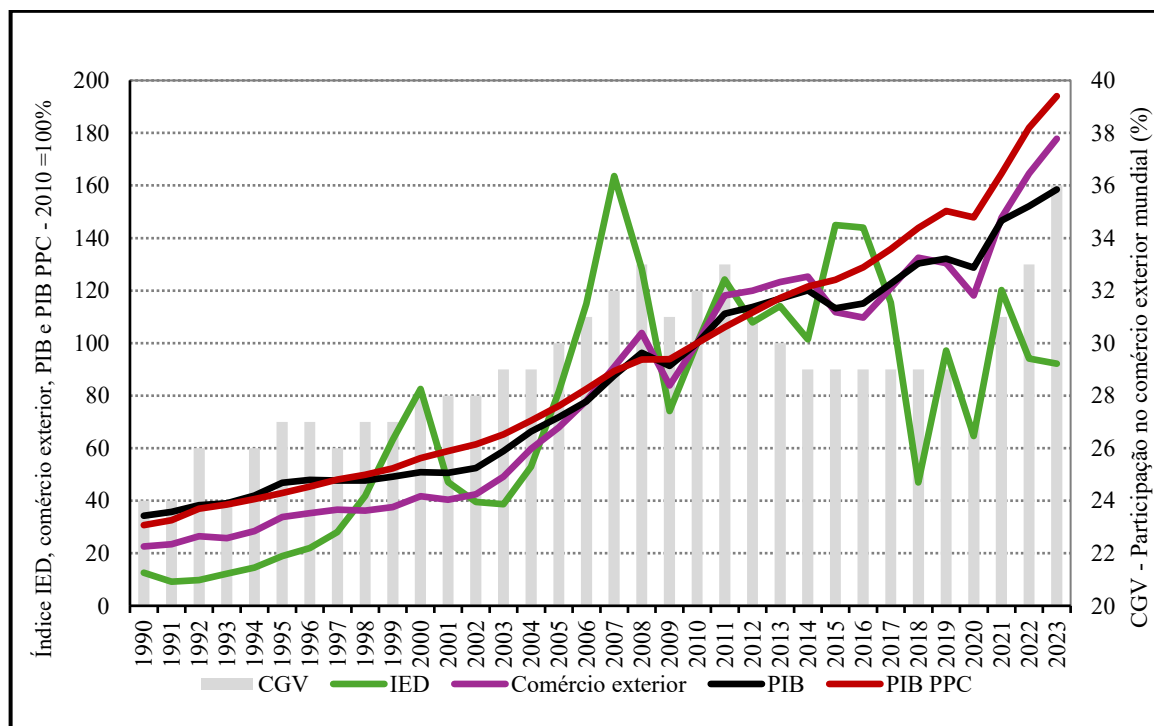
Essas mudanças estratégicas têm implicações profundas não apenas para a China, mas também para a economia global. A disputa entre China e Estados Unidos está redefinindo os fluxos comerciais e de investimento, criando dinâmicas territoriais e ampliando a competição por mercados e recursos. Enquanto a China busca consolidar sua posição como líder global, os Estados Unidos continuam a pressionar por uma reestruturação das relações econômicas internacionais, o que deve manter o cenário de tensões e transformações nos próximos anos.

A pandemia de coronavírus SARS-CoV-2 impactou profundamente a economia global, afetando o comércio, os serviços e os setores industriais. Problemas nas linhas de suprimento geraram escassez de produtos, e debates sobre a dependência de fornecedores distantes tornaram-se mais frequentes (Lins, 2023). A diversificação das cadeias de fornecimento passou a ser priorizada, incluindo estratégias como *reshoring*, *nearshoring* e aprimorado *offshoring*.



O conflito na Ucrânia, iniciado em 2022, juntamente com disputas no Oriente Médio, aumentou a intensidade dos eventos disruptivos, tornando as disrupções nos mercados globais mais inflexíveis. Esses fatores estimularam a regionalização econômica global, influenciando o comércio exterior, os investimentos (IED), o PIB e o PIB-PPC, especialmente entre países anteriormente considerados em desenvolvimento (Banco Mundial, 2024). Essa dinâmica introduziu novos agentes globais, consolidando o crescimento econômico regional do que passou a ser rotineiramente denominado “Sul Global”. O Gráfico 1 ilustra o comportamento dos diversos índices econômicos mencionados.

Gráfico 1 – Mundo: série histórica do índice de Investimento Externo Direto (IED), comércio exterior, Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto por Paridade de Poder de Compra (PPC) e participação relativa das Cadeias Globais de Valor (CGV) no comércio internacional, de 1990 até 2023.



Fonte: ADB (2024), Banco Mundial (2024), UIBE et al. (2024) e UNCTAD (2020).

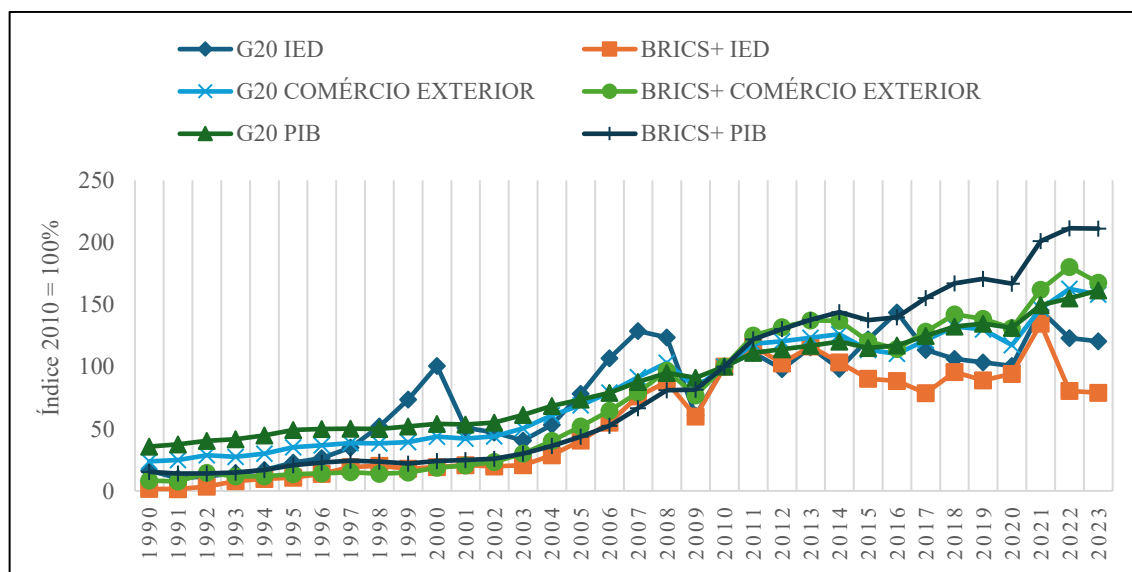
A partir da década de 1990, no G20, conforme apontado no gráfico 2, os indicadores econômicos (IED, comércio exterior e PIB) apresentaram um crescimento, mas repleto de desafios. O mesmo ocorreu com a economia mundial. Nos fluxos de IED do G20, houve anos com picos positivos e anos com resultados consideravelmente negativos. O total de IED do G20



representa uma parte expressiva dos IED globais, chegando a alcançar, em alguns momentos, até 50% do total global. Para os países que atualmente compõem o BRICS+⁸, a participação na economia global tem crescido de forma respeitável, especialmente em indicadores como IED, comércio internacional, PIB, PIB-PPC e CGV.

Entre 1990 e 2023, os IED globais aumentaram de US\$ 239,42 bilhões para US\$ 1.754,42 bilhões (crescimento de 7,32 vezes). No G20, os IED passaram de US\$ 167,3 bilhões para US\$ 1.228,2 bilhões (crescimento de 7,34 vezes), enquanto no BRICS+ esse valor saltou de US\$ 6,8 bilhões para US\$ 334,6 bilhões (um impressionante crescimento de 49,20 vezes). Quanto ao comércio exterior, no mundo, ele avançou de US\$ 4.307,83 bilhões para US\$ 33.908,26 bilhões (crescimento de 7,87 vezes), no G20 de US\$ 2.665,3 bilhões para US\$ 17.700,1 bilhões (crescimento de 6,64 vezes) e no BRICS+ de US\$ 297,1 bilhões para US\$ 5.847,8 bilhões (crescimento de 19,68 vezes).

Gráfico 2 – G20 e BRICS+: índice de Investimento Externo Direto (IED), comércio exterior, Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto em Paridade de Poder de Compra (PIB-PPC), 2010 = 100%, de 1990 até 2023.



Fonte: Banco Mundial (2024).

O PIB mundial subiu de US\$ 22.822,61 bilhões para US\$ 105.435,04 bilhões (crescimento de 4,61 vezes), enquanto no G20 passou de US\$ 18.142,1 bilhões para US\$

⁸ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul formam os BRICS e o BRICS+ conta também com Arábia Saudita (que atua pouco e tem se posicionado mais como um observador), Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Etiópia.



82.126,3 bilhões (crescimento de 4,52 vezes), e no BRICS+ de US\$ 2.058,5 bilhões para US\$ 28.450,5 bilhões (crescimento de 13,82 vezes). A taxa de crescimento do BRICS+ tem superado tanto a do G20 quanto a média mundial (Banco Mundial, 2024; FMI, 2024). No entanto, as variações no comércio exterior e no PIB do G20 são mais suaves, sendo menos impactadas, no curto prazo, por eventos disruptivos. O comércio exterior do G20 teve sua primeira queda em 2009, seguida por quedas em 2015, 2016 e 2020. Já nos países que compõem o BRICS+, apesar da maior instabilidade, houve um crescimento contínuo do comércio exterior, com exceções em 1998, 2015, 2016, 2019 e 2020. O PIB dos BRICS+ tem se expandido de forma contínua desde 1990, com uma queda mais acentuada em 2020, devido à pandemia do coronavírus. Por outro lado, o PIB do G20 registrou pequenas quedas em 2015 e 2020 (Banco Mundial, 2024).

A globalização econômica, com base nos dados da economia mundial, não apresenta sinais substanciais de retrocesso. O que emerge, por ora, é uma maior representação do BRICS e, posteriormente, do BRICS+ na economia mundial, conforme ilustrado no Gráfico 3. Para melhor destacar a diferença entre os dois principais blocos de nações, retiramos os países do BRICS+ do grupo do G20. O G20, excluindo os países que compõem o BRICS+, que estamos chamando de G20-B⁹, permite uma análise mais detalhada da “regionalização da globalização”, além das dinâmicas geopolíticas que estão sendo impulsionadas atualmente.

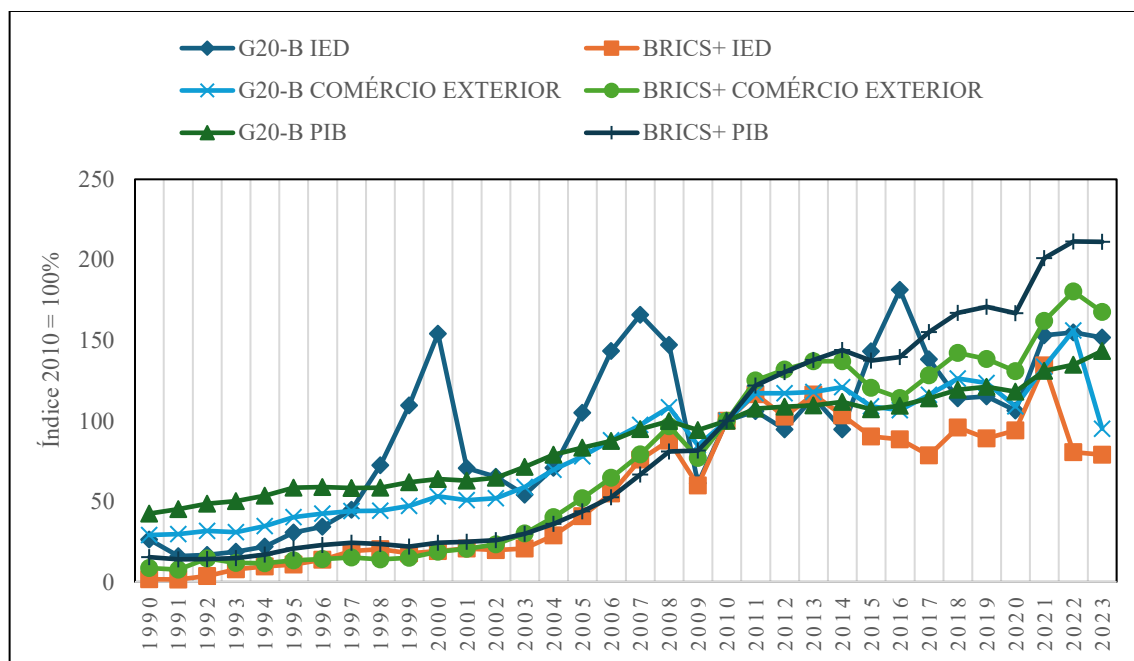
Em 1990, o G20-B tinha um IED de US\$ 160,8 bilhões, enquanto o BRICS+ somava US\$ 6,8 bilhões. Em 2023, esses valores subiram para US\$ 932,1 bilhões para o G20-B e US\$ 334,6 bilhões para o BRICS+. O IED do G20-B aumentou 5,79 vezes de 1990 a 2023, enquanto o do BRICS+ cresceu 49,2 vezes no mesmo período (Banco Mundial, 2024). O comércio exterior do G20-B passou de US\$ 2.481,9 bilhões em 1990 para US\$ 8.116 bilhões em 2023, enquanto o BRICS+ experimentou um crescimento de US\$ 297,1 bilhões para US\$ 5.847,8 bilhões. O comércio exterior do G20-B cresceu 3,27 vezes, enquanto o do BRICS+ teve um aumento de 19,68 vezes. Em relação ao PIB, o G20-B passou de US\$ 16.314,6 bilhões em 1990 para US\$ 38.445,5 bilhões em 2023, enquanto o BRICS+ aumentou de US\$ 2.058,5

⁹ Agora, o G20 (para o qual utilizamos 19 países na análise de dados, já que a União Europeia foi excluída para evitar sobreposição de dados) é composto por apenas 13 países: Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido e Turquia. Dos 10 países do BRICS+, apenas os Emirados Árabes Unidos, Egito, Irã e Etiópia não fazem parte do G20. Por outro lado, países do G20, como Brasil, Índia, Argentina, África do Sul, China, Indonésia, México, Rússia e Turquia, eram considerados, na década de 1990, países em desenvolvimento (PED) ou do leste, como bem ressaltou François Chesnais (1996).



bilhões para US\$ 28.450,5 bilhões. O PIB do G20-B cresceu 2,35 vezes, enquanto o do BRICS+ cresceu 13,82 vezes (Banco Mundial, 2024). O poder de paridade de compra também aumentou consideravelmente entre os países do BRICS+.

Gráfico 3 – G20-B (G20 exceto países do BRICS+) e BRICS+: índice de Investimento Externo Direto (IED), comércio exterior, Produto Interno Bruto (PIB) e Produto Interno Bruto em Paridade de Poder de Compra (PIB-PPC), 2010 = 100%, de 1990 até 2023.



Fonte: Banco Mundial (2024).

Após a análise de indicadores econômicos de diversos países, fica evidente que o BRICS+ apresenta maior dinamismo em comparação ao G20 e ao G20-B (este último excluindo as principais economias emergentes, como a China). A China, que em 2023 é a segunda maior economia global em termos de PIB nominal, a primeira em PIB-PPC, a líder em comércio exterior e a quarta em IED, desempenha um papel central no BRICS+. Outros países membros do BRICS+ também ampliaram sua participação nesses indicadores. Embora a economia do G20-B seja sólida, seu crescimento é mais lento, refletindo uma reconfiguração da ordem econômica global, inclusive em termos espaciais.

Do ponto de vista geoeconômico e geopolítico, o G20 e o G20-B não constituem blocos econômicos formais, ao contrário do BRICS+, da União Europeia e do Acordo entre Estados Unidos, México e Canadá (USMCA), que substituiu o Tratado Norte-Americano de



Livre Comércio (NAFTA) em 2020. Muitos países do G20-B integram a OTAN e o G7¹⁰, sendo frequentemente associados ao que Ellen Wood (2014) define como o “império do capital”. Outros países, que não fazem parte da OTAN, posicionam-se em oposição a esse grupo. Embora o BRICS+ enfrente fragilidades geopolíticas, com países como Brasil, Índia e África do Sul sujeitos fortemente a pressões externas, especialmente dos Estados Unidos, o grupo tem se consolidado como uma vanguarda na construção de uma nova ordem global multipolar. A vulnerabilidade do BRICS+ foi evidenciada recentemente pela Argentina, que, após eleger um presidente alinhado aos interesses dos EUA, decidiu abandonar o grupo e transferir 1,5 mil barras de ouro para Londres, no valor de US\$ 250 milhões. Até mesmo o Brasil, durante os governos de Temer e Bolsonaro, reduziu sua “participação política” no BRICS, priorizando o comércio de *commodities*, como agronegócio e minérios¹¹.

A estabilidade política do BRICS+ é frágil quando comparada à aliança liderada pelos Estados Unidos, embora esta também tenha enfrentado desafios com a ascensão do governo de Donald Trump. Os dados econômicos, levantados no presente artigo, sugerem uma reconfiguração espacial da economia global, com uma tendência à regionalização da globalização, marcada por cadeias de suprimento mais curtas e uma maior integração regional.

GEOPOLÍTICA E HEGEMONIA: OS EVENTOS DISRUPTIVOS E OS PERCALÇOS NA MANUTENÇÃO DA ORDEM UNIPOLAR GLOBAL

A competição geoeconômica e geopolítica entre os Estados Unidos e a China está cada vez mais acirrada, com eventos disruptivos que têm levado ao fortalecimento de blocos regionais no comércio e nas relações internacionais¹². Esse movimento é visível, mas seu ritmo

¹⁰ O G7 é formado pelo Estados Unidos, Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido, considerados, no passado, os países mais industrializados do mundo (a União Europeia também está representada). Entretanto, o atual *ranking* dos países mais industrializados é um pouco diferente. O G7 é hoje uma expressão mais enxuta do “império do capital” e seus “Estados múltiplos” (Wood, 2014).

¹¹ Nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o Brasil teve participação enfraquecida nos BRICS. A política externa tornou-se menos ativa e mais ideológica, com tensões com a China e alinhamento aos EUA. O país perdeu protagonismo e tornou-se periférico no bloco, sem iniciativas estratégicas relevantes.

¹² Apesar da consolidação de alguns blocos, como União Europeia, USMCA e Mercosul, eles não dominaram o comércio global nem superaram as barreiras físicas. Ganha força a formação de parcerias entre países não vizinhos, como o BRICS, e o uso de estratégias como *offshoring*, *reshoring* e *nearshoring*. Também se intensificam as relações entre África e Ásia, ampliando as dinâmicas regionais e globais mais diversificadas.



e continuidade ainda não estão garantidos. A guerra comercial entre os EUA e a China, somada a conflitos com países como Rússia, Venezuela, Irã e Coreia do Norte, tem impulsionado a China a ajustar suas estratégias (*zhànlüè biànhuà*), incluindo mudanças no comércio e na produção, como o *offshoring*, mas também nas rotas marítimas, já que há pressões dos Estados Unidos quanto ao uso do Canal do Panamá pela China. Isso resultou em uma maior aproximação da China com países tradicionalmente aliados dos Estados Unidos, como Brasil, México, Índia e Turquia. Esse processo, inicialmente impulsionado pela guerra comercial, foi significativamente ampliado com o novo governo de Donald Trump. Em 2025, sua administração implementou uma política tarifária agressiva, atingindo tanto países geopoliticamente alinhados quanto aqueles considerados adversários. Essa medida desencadeou uma série de negociações bilaterais, acentuando ainda mais as tensões no comércio internacional e intensificando o processo de regionalização econômica.

Ao longo das últimas décadas, a China implementou reformas econômicas estratégicas que não apenas consolidaram seu *status* como potência global, mas também aprofundaram sua integração no sistema financeiro internacional. Essa trajetória transformou o país em um agente indispensável no cenário geoeconômico, com uma extensa rede de parcerias comerciais e financeiras – inclusive com os Estados Unidos e a Europa –, tornando sua marginalização inviável. Um exemplo claro dessa interdependência é a posição da China e do Japão como os maiores detentores de títulos da dívida norte-americana, com um montante combinado de US\$ 2 trilhões em títulos do Tesouro (Wallerstein, 2024). Outro fato relevante é que, após impor pesadas tarifas à China, o governo de Donald Trump foi obrigado a renegociar as medidas devido às retaliações chinesas. Essas sanções incluíram restrições ao comércio com os Estados Unidos e a venda de títulos do Tesouro americano, ações que impactaram o valor do dólar e prejudicaram a cadeia de suprimentos de setores estratégicos da economia norte-americana. Logo, a disputa geoeconômica entre EUA e China entra em uma fase qualitativamente distinta, abandonando as simples trocas tarifárias e migrando para um terreno onde controle tecnológico, desacoplamento produtivo e guerra financeira assumem protagonismo.

Os princípios adotados pela China, como os “cinco princípios de coexistência pacífica” de Zhou Enlai e a “teoria dos três mundos” de Mao Tsé-Tung, têm permitido a cooperação mais do que a exploração. A China não se enquadra como potência imperialista (neoimperialismo), na frágil conceituação e classificação de império regional, sendo mais uma âncora de um



megassistema asiático conectado a outros blocos regionais. As “quatro modernizações” de Deng Xiaoping, aprovadas em 1976, visavam garantir um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento chinês. Para Xiaoping, o papel internacional da China depende de seu progresso econômico, um país desenvolvido pode ter maior influência na política global (China, 2024).

Nada obstante, a estratégia de *peaceful development* (ascensão pacífica) da China já não é tão eficaz quanto antes. Embora a China tenha se fortalecido economicamente e militarmente, seu poder militar, em muitas áreas, ainda é limitado em comparação com os EUA e seus aliados. Além disso, a ONU e outros organismos internacionais estão enfraquecidos, tornando o cenário mais tenso. Desde o governo de George W. Bush (2001-2009), a ONU tem enfrentado dificuldades, o que se acentuou com as administrações de Trump e Biden. A atual estratégia chinesa combina crescimento econômico, força militar e alianças estratégicas, como a parceria com a Rússia, Irã e Coreia do Norte, além de uma solidariedade crescente com os países periféricos.

O princípio da solidariedade com o Terceiro Mundo, reforçado em 2024, permite à China se tornar mais ativa na cooperação internacional (China, 2024). A visão de uma “comunidade de futuro compartilhado” aponta para um modelo de “win-win” (ganha-ganha), em contraste com o “jogo de soma zero” e as intenções imperialistas. A China, portanto, apresenta ao mundo uma longa estabilidade política, econômica e nas relações internacionais, não se colocando na posição “de um *hegemon* global ou asiático, mas âncora de um megassistema asiático, ele mesmo já em forte conexão cooperativa com outros sistemas regionais” (Khianna, 2019, p. 20 *apud* Silva, 2021, p. 9).

Logo, a influência dos EUA e suas políticas têm gerado tensões nas relações da China com outros países. A principal estratégia de expansão da China é o *Belt and Road Initiative* (BRI), a maior plataforma de cooperação internacional do mundo, que tem enfrentado resistência política e ideológica, com a China sendo acusada de “neoimperialismo”. Apesar de seu sucesso em muitas frentes, a China ainda está atrás dos EUA na disputa ideológica, que é dominada pelo neoliberalismo e políticas ultradireitistas, esparsamente distribuídas pelo mundo. Os EUA boicotam a Rota da Seda promovendo alternativas de infraestrutura (como a Parceria Global para Infraestrutura e Investimento – PGII) e dificultando a circulação por rotas marítimas comerciais, pressionando aliados a evitar projetos chineses. A estratégia visa reduzir



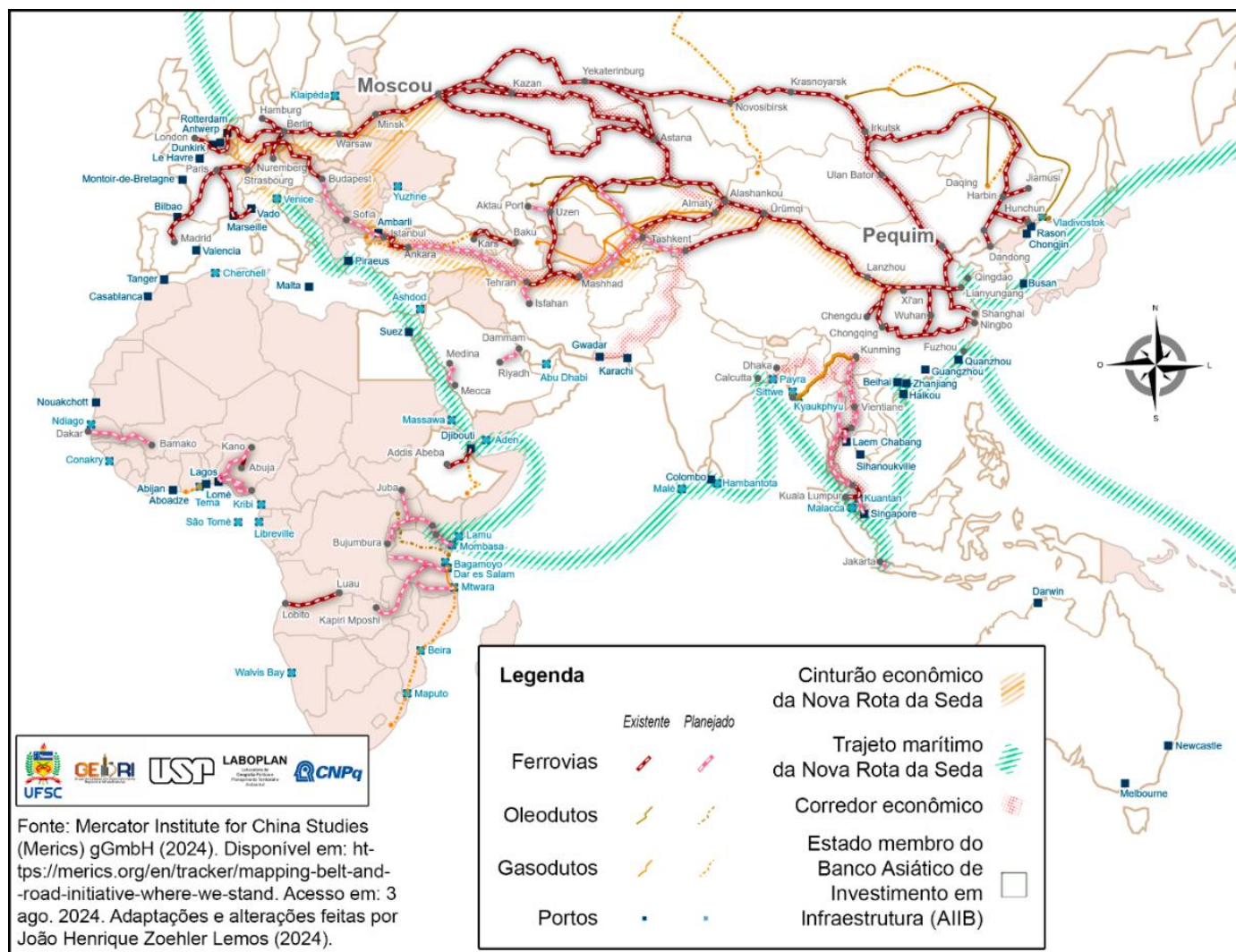
a influência global da China, entretanto, a eficácia é limitada pela demanda por infraestruturas em países emergentes, pela flexibilidade da China em renegociar termos e pela sua alta capacidade econômica.

Uma das estratégias da China é atrair parceiros por meio de projetos econômicos, como a “Nova Rota da Seda”. A China tem investido pesadamente em infraestrutura em países ao redor do mundo, promovendo acordos comerciais e investindo em setores como transportes, telecomunicações, energia e tecnologia. Com isso ela cria mercado para seus produtos e viabiliza sua demanda de insumos e produtos. Esses projetos fazem parte de uma estratégia integrada de acordos econômicos, investimentos diretos e expansão do comércio, respeitando a soberania dos países envolvidos. A Nova Rota da Seda é um exemplo da crescente influência da China, que tem ampliado sua cooperação com Rússia, Índia e países africanos e asiáticos, especialmente após os eventos disruptivos recentes. Destaca-se a ampliação do BRICS, a Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Em 2023, a China teve um crescimento de 5,2% do PIB, representando 32% do crescimento global. Seu setor manufatureiro lidera o mercado global há 15 anos, respondendo por 30% do valor agregado global. Desde o lançamento da Iniciativa Um Cinturão, Uma Rota em 2013, a China assinou acordos com mais de 150 países e 30 organizações internacionais, investindo quase US\$ 1 trilhão em mais de 3 mil projetos e gerando centenas de milhares de empregos em países parceiros (Peng, 2024). A expansão da China no comércio e na cooperação internacional é visível nos mapas da Nova Rota da Seda e no fortalecimento da sua geoinfluência regional.



Mapa 1 – A Nova rota da Seda e o plano de expansão das infraestruturas.



Fonte: ROGERS (2024).

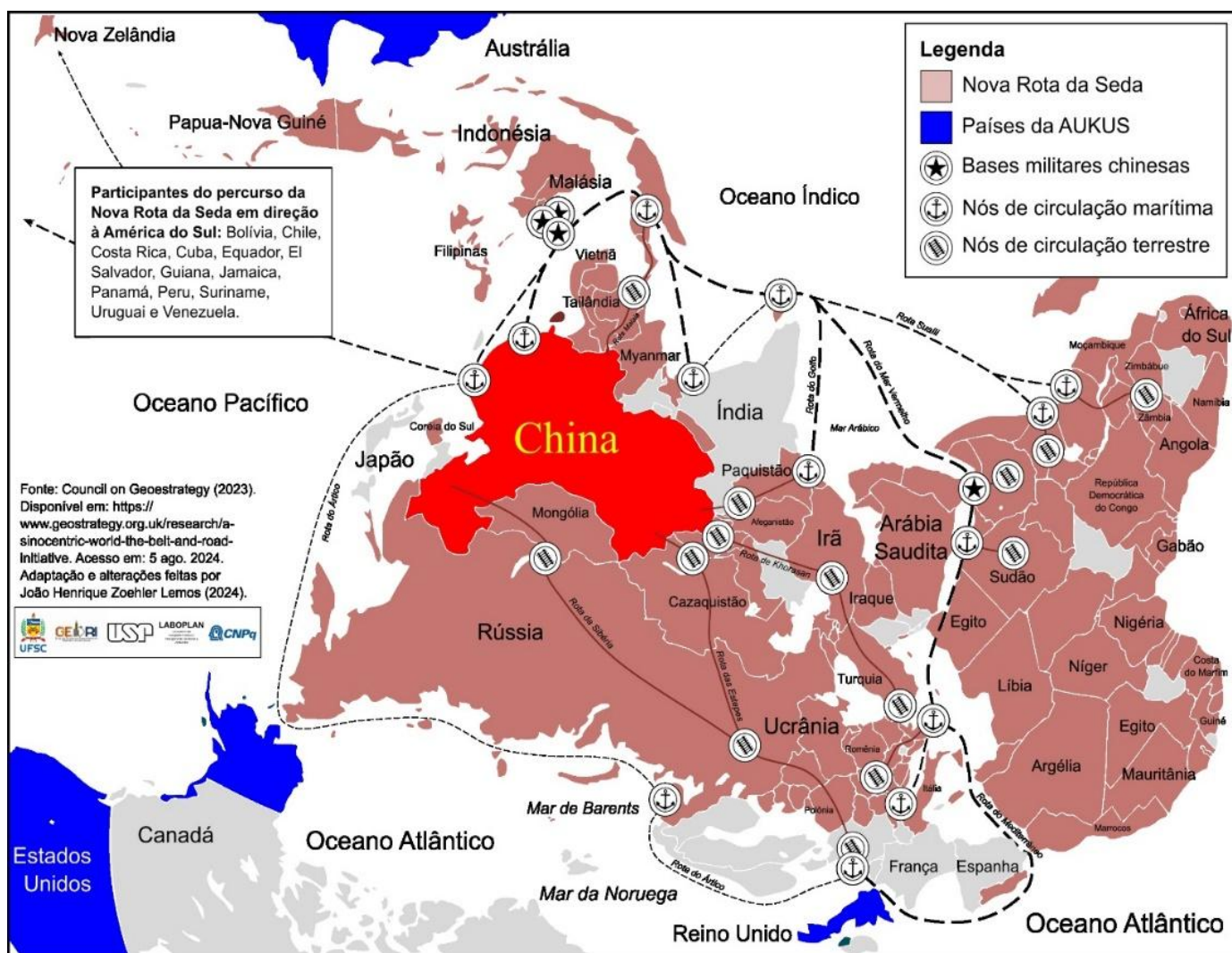
No Mapa 2, há referência à AUKUS, uma aliança militar formada por Austrália, Reino Unido e Estados Unidos para conter o expansionismo chinês no Indo-Pacífico. Um de seus principais objetivos é fornecer à Austrália submarinos nucleares com tecnologia e financiamento dos EUA e do Reino Unido (Perot, 2021). A AUKUS tem origem no Quadrilateral Security Dialogue (QUAD), composto por EUA, Japão, Austrália e Índia, que buscava se posicionar como uma “OTAN do Indo-Pacífico” (Silva, 2021).

Esse cenário evidencia um desequilíbrio na disputa geopolítica, tornando o embate extremamente desfavorável para aqueles que desafiam os interesses dos EUA. O controle norte-americano sobre os oceanos impacta diretamente a segurança comercial da China, principal



usuária das rotas marítimas globais. A Rússia também enfrenta desafios semelhantes, pois depende dessas vias para exportar minerais, grãos e hidrocarbonetos. No Indo-Pacífico, transitam 90% das exportações chinesas e 80% dos hidrocarbonetos consumidos pelo país (Nantulya, 2022).

Mapa 2 – Um mundo sinocêntrico: a Nova Rota da Seda.



Fonte: MERICS (2024).

A Rússia, com objetivos de contenção geopolítica e expansão geoeconômica, possui vastos recursos energéticos e minerais estratégicos, além de uma infraestrutura de transporte robusta, desenvolvida desde a União Soviética. Criou rotas estratégicas marítimas, fluviais e



terrestres, incluindo no Ártico, onde usa navios quebra-gelo nucleares. Contudo, enfrenta ameaças do controle ocidental sobre mares, canais e rotas terrestres, como na Ucrânia.

A manutenção dessas rotas é vital para a economia russa, mesmo em conflito com a OTAN¹³. Sua capacidade produtiva mantém relações com países resistentes à pressão ocidental, fortalecendo alianças, especialmente no BRICS. No Sahel africano, cresce a ruptura com o neocolonialismo europeu, enquanto investimentos chineses na África totalizaram US\$ 34 bilhões na última década, impulsionando a Nova Rota da Seda (Silva, 2021; Cardoso e Mano, 2022; Nantulya, 2022).

O BRICS, em 2024, detém 45% das terras, 46% do PIB global e 25% do comércio mundial (UNCTAD, 2024). Esses dados apontam para uma multipolaridade emergente e uma possível “nova globalização” mais inclusiva (China, 2024). Negociações entre seus membros buscam resolver disputas históricas, enquanto os conflitos atuais frequentemente refletem provocações ocidentais.

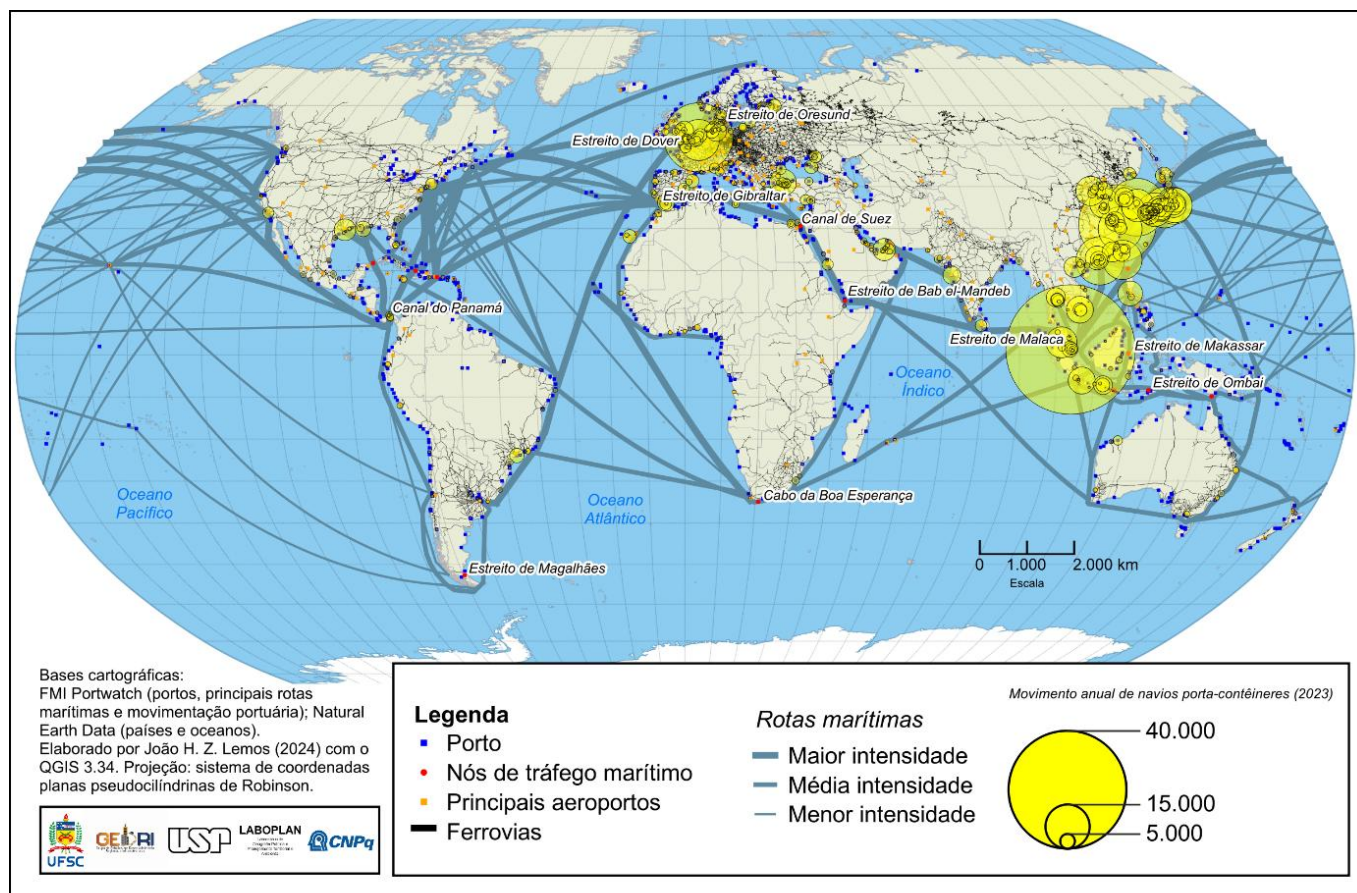
A cooperação econômica e diplomática entre China e aliados tem reduzido tensões, ao passo que as crenças da ordem liberal internacional falharam: 1) o livre comércio não beneficia todos igualmente, 2) a interdependência econômica não garante paz e 3) o liberalismo não impulsiona a democratização globalmente. O fracasso dessa ordem contrasta com os “cinco princípios de coexistência pacífica”.

Além das disputas geopolíticas, a falta de rotas comerciais seguras e baratas impede o desenvolvimento de vários países. O controle de portos e armadores nacionais é crucial para reduzir custos logísticos e a dependência do dólar. Durante o conflito na Ucrânia, gigantes do transporte marítimo como MSC e Maersk suspenderam operações na Rússia, impactando portos estratégicos como São Petersburgo, Kaliningrado e Vladivostok. Ademais, em junho de 2025, o conflito entre Israel, Estados Unidos e Irã provocou um aumento significativo no preço do petróleo. Essa situação foi intensificada pela ameaça iraniana de fechar o Estreito de Ormuz, uma rota vital para o escoamento de diversas cadeias globais de valor.

¹³ O Ocidente impôs restrições à Rússia para isolá-la economicamente e excluí-la do sistema financeiro global, tornando-a “não investível”. Empresas foram forçadas a cortar laços e descartar bilhões em investimentos. Medidas incluíram o fechamento do espaço aéreo para aeronaves russas, a exclusão de bancos da rede Swift e a restrição do acesso a US\$ 630 bilhões em reservas estrangeiras (Forbes Money, 2022). Além disso, houve censura à mídia russa, como RT e Sputnik, e restrições em redes sociais.



Mapa 3 – Dinâmica do comércio marítimo mundial: rotas marítimas, nós de tráfego marítimo, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias e movimentação de porta-contêineres em 2023.



Fonte: FMI (2024).

A Rússia participa do Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul (CITNS), ligando o Oceano Índico e o Golfo Pérsico, via Irã, ao Mar Cáspio e à Rússia. A rota conecta São Petersburgo aos portos iranianos e até Mumbai, reduzindo a distância de 17 mil km para 8 mil km, com economia estimada de 50% no tempo e 30% nos custos de transporte (Sputnik Brasil, 2024). Além do impacto econômico, o CITNS tem implicações geopolíticas, impulsionado por sanções ocidentais e conflitos no Mar Vermelho. Rússia e Irã também desenvolvem um projeto de gás e um canal entre o Mar Cáspio e o Golfo Pérsico, ampliando conexões regionais. As sanções ocidentais impostas à Rússia e os ataques no Mar Vermelho, liderados pelos rebeldes Houthi do Iêmen, estão impulsionando essa iniciativa, tornando-a cada vez mais relevante no cenário global (Sputnik Brasil, 2024).

Há diversos fatos, muitos deles colocando em xeque a hegemonia dos Estados Unidos, além de diversos interesses dos seus aliados. Episódios que tanto ampliam as

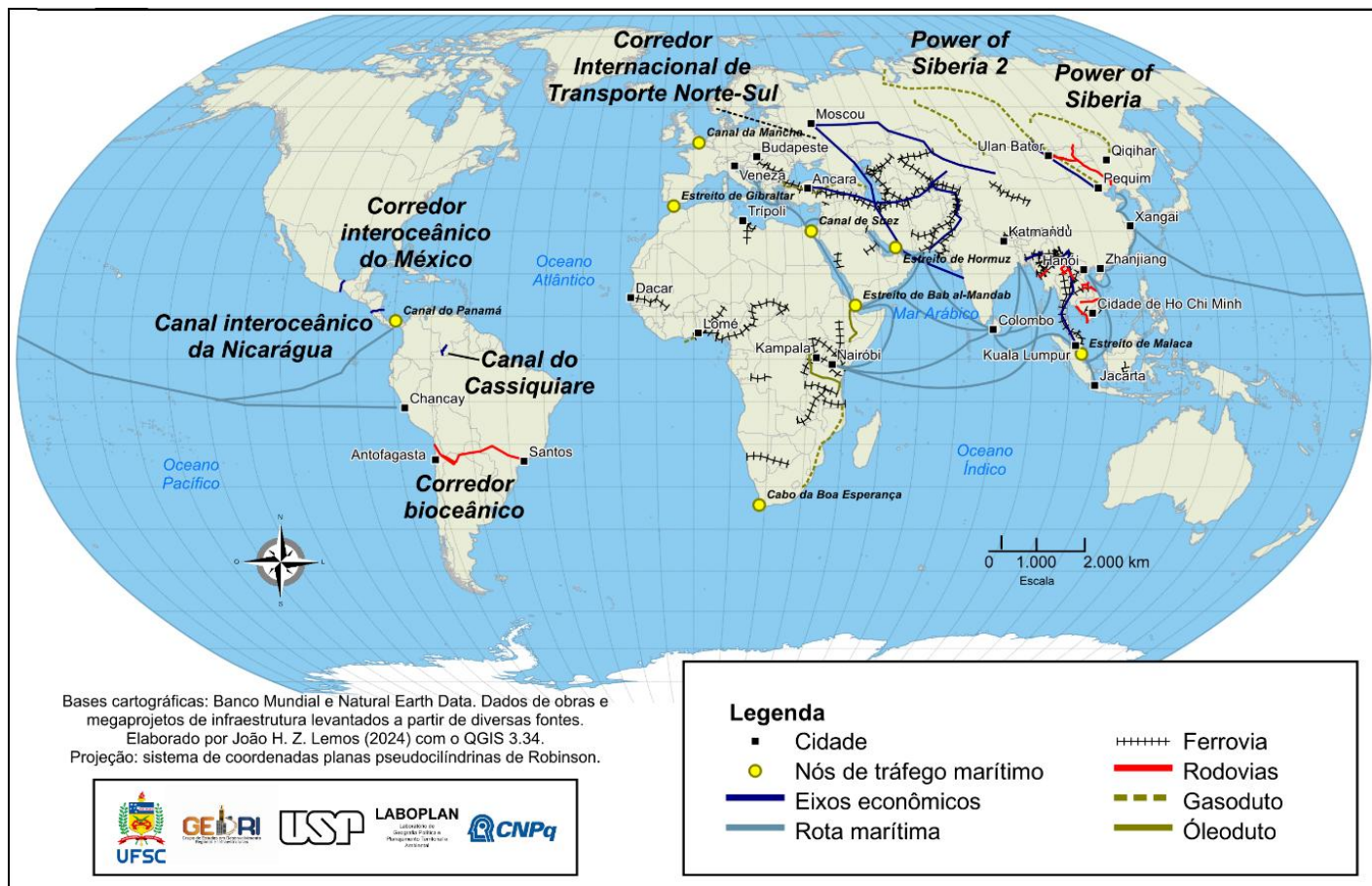


possibilidades de um mundo multipolar como acirram as disputas geopolíticas no Oriente Médio, na Ásia e na África. O Irã, por exemplo, é um agente crucial, pois limita a influência dos Estados Unidos no Oriente Médio e, consequentemente, a de Israel – uma nação que, segundo Batista Jr. (2024), foi formada pelos “rentistas do Holocausto”. A queda de Bashar al-Assad na Síria representa um revés para a Rússia, que o apoiava como aliado estratégico no Oriente Médio, garantindo acesso ao porto de Tartus, sua única base naval no Mediterrâneo. No entanto, a complexidade do conflito sírio, envolvendo múltiplos agentes como EUA, Turquia, Irã e grupos rebeldes, reflete a disputa por influência geopolítica e recursos na região. A história mostra que mudanças de regime, como no Iraque e Líbia, muitas vezes resultam em instabilidade prolongada, questionando as intervenções externas em nome da “liberdade” “(neo)liberal”.

O mundo dos negócios e da financeirização está atento às cadeias produtivas globais, pois é a produção que dá lastro à riqueza em circulação. A financeirização, por si só, não se sustenta, mas, em larga medida, comanda a produção. Como retratam Santos e Silveira (2001): “Hoje, não basta produzir. É indispensável pôr a produção em movimento, pois agora é a circulação que preside a produção”. Embora a *Forbes Money* retrate o isolamento da Rússia como trágico, as sanções impulsionaram seu nacionalismo econômico, a substituição de importações e parcerias estratégicas. Apesar dos embargos, Moscou mantém relações comerciais, inclusive com a Europa e os EUA, além de ter expandido sua produção naval, reduzindo custos logísticos. A complexidade do comércio global, as triangulações espaciais e o papel crescente da China reforçam essa resiliência.



Mapa 4 – Grandes projetos de infraestruturas de transportes no mundo e os principais nós de tráfego marítimo.



Fonte: MERICS (2024), FMI (2024).

Desde os acordos de Bretton Woods, o dólar americano tem sido central na geopolítica dos EUA, mas enfrenta desafios de credibilidade. Ele está perdendo seu papel como moeda de liquidez internacional, impulsionando o processo de desdolarização, especialmente entre os países do BRICS, que estão fortalecendo o uso de moedas nacionais no comércio (Goncharoff, 2024). Isso é uma resposta à dependência do dólar, visto como unipolar e utilizado como ferramenta de sanções dos EUA contra seus adversários.

Nesse contexto, o BRICS está desenvolvendo alternativas, como sistemas de pagamento (BRICS Bridge, BRICS Pay) e pagamentos transfronteiriços com moedas nacionais e criptomoedas, incluindo as CBDCs (Central Bank Digital Currencies), como o DREX brasileiro. O objetivo é criar um sistema mais confiável, afastando-se do dólar e do SWIFT, que são usados de forma geopolítica. Os swaps bilaterais, operações financeiras que consistem na



troca de taxas ou rentabilidade de ativos financeiros, já são uma realidade. Todavia, toda essa engenharia é muito custosa. Além disso, não se deve ser ingênuo, pois toda essa conjuntura, repleta de contradições, faz parte da equação geoeconômica e geopolítica percebida e desfrutada pelo imperialismo, apesar das aparentes conturbações provocadas por Donald Trump em seu novo mandato iniciado em 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, a tese da “desglobalização”, como um processo amplo e contínuo, é falha. Aglutina-se a cada evento disruptivo a regionalização da economia global. Há uma complementaridade entre a “regionalização” e a “globalização”, na medida em que os países em processo de integração regional se organizam para uma melhor concorrência internacional, seja pela ampliação ou pela proteção conjunta de seus interesses políticos e mercadológicos. Assim, a integração regional, especialmente ao estilo europeu, desenvolve, em um espaço mais restrito, as principais características da globalização. Mesmo em seu auge, a globalização não foi plenamente global ou mundial, especialmente em seus aspectos políticos, culturais e sociais (Hirst e Thompson, 1998). O que avançou foram as relações econômicas, razão pela qual termos como “mundialização do capital” e “globalização econômica” ganharam notoriedade entre pesquisadores respeitados.

Entrementes, mesmo no âmbito da economia, a globalização não é profusamente global. Da ordem liberal surge uma dissidente congregação neoliberal, muito mais agressiva e com elementos que remetem ao fascismo e que alude ao nazismo. Destaca-se o aumento de líderes ultraliberais e antiliberais, uma mistura conceitualmente difícil de definir, inclusive em países autoproclamados berços do liberalismo, como Estados Unidos e Reino Unido. Liberalismo e democracia tornam-se um *flatus vocis* – bom para o discurso, mas complexo na prática. Estados Unidos, Reino Unido, Israel, França e outros somam uma série de acusações na OMC (dumping e antidumping) e na ONU por atos antidemocráticos e anticoncorrenciais. A violação da soberania nacional é, há muito tempo, uma constante. A democracia burguesa está ameaçada, não conseguiu se firmar como um conceito universal e, com isso, dá lugar para outras formas de democracia, como a “democracia popular da China”, conforme afirma Shangli (2024).



Os legados de Trump e Biden agravam a crise liberal e a democracia burguesa. Elas já não servem mais aos interesses do centro do sistema capitalista. A antagonização de aliados consolidados tem minado o papel dos Estados Unidos como protetor de uma ordem liberal internacional, prejudicando sua reputação de fazer compromissos confiáveis. Até mesmo as políticas relacionadas às mudanças climáticas regrediram nos Estados Unidos. Por outro lado, a China assume a liderança na produção de energias renováveis e em pedidos globais de patentes verdes.

E, ainda assim, após os eventos disruptivos, mudanças relevantes na economia global não acarretaram uma “desglobalização”. Tais casualidades geram, entre outras coisas, afluxos passageiros no comércio exterior e uma reorganização espacial das cadeias globais de valor. As potências emergentes, até então consideradas periféricas, após sofrerem perdas, passaram a tirar proveito e a apoiar as regras comerciais que impulsionaram a “globalização econômica”. Ademais, as principais potências do centro do sistema capitalista, algumas perdendo com essas regras, voltam-se contra elas, indo na direção do protecionismo econômico, do unilateralismo e do belicismo. A ordem neoliberal contemporânea, marcada por sua corporativização extrema e financeirização da economia, tem moldado não apenas as políticas econômicas, mas também o espectro político em diversas nações.

Nossa conclusão é que não há muita substancialidade na afirmação sobre “desglobalização”. Há, na verdade, um rearranjo de alguns elementos da economia global: 1) o redirecionamento dos fluxos do comércio internacional, com rotas diferenciadas, mais curtas e regionalizadas; 2) o crescimento econômico de alguns Estados-nação, no que tange ao PIB e ao PIB-PPC, superando a média dos países do centro do sistema capitalista; 3) a reorganização da geopolítica global, com importantes agentes questionando a presente ordem unipolar. Essa ameaça ao atual *hegemon*, repleta de nuances contra-hegemônicas, envolve conflitos armados, guerras híbridas, *lawfare* etc. Há também importantes transformações na geoeconomia e na geopolítica, como as ameaças ao padrão ouro e aos sistemas globais de pagamento (Swift, SEPA, CIPS e SPFS).

Como afirma Chesnais (1996), as operações feitas com finalidade lucrativa, para frutificar um capital, são por definição seletivas. A seletividade espacial e a competição entre territórios imperam. Não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente frações dele, mesmo que suas operações sejam poluidoras a nível mundial, tanto no plano da ecologia como



em outros (Chesnais, 1996). Praticamente, a globalização, no que tange à sua dinâmica espacial, teve e tem, cada vez mais, nuances de regionalização. O capital, graças às políticas de liberalização, ampliou sua capacidade de escolher, com total liberdade, quais territórios lhe interessam (expansão geográfica do capital).

Ao colocar os territórios em competição, escolhe tanto neles quanto fora deles as camadas sociais que participarão de forma desigual do processo de exploração e expropriação. A competitividade territorial, envolta ao desenvolvimento desigual e combinado, impulsionada pela globalização neoliberal, demonstra ainda mais sua capacidade de seletivizar o espaço, com atenção, cada vez mais, para os espaços subnacionais. Com os eventos disruptivos e as mudanças de hegemonia e a formação de uma multipolaridade, a “competitividade territorial”, em grande parte do planeta, está fracassando. Já nos Estados-nação mais planejadores, a competitividade é ordenada e somada à complementariedade e à cooperação, atuando conjuntamente em prol do desenvolvimento nacional, regional e local, como vem ocorrendo na China e, em menor escala, na Rússia, por meio de uma Economia do Projeto.

REFERÊNCIAS

ADB – Asian Development Bank. Key Indicators Database. Global Value Chains. 2024. Disponível em: <https://kidb.adb.org/themes/global-value-chains>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BANCO MUNDIAL. Dados abertos e séries estatísticas históricas. 2024. Disponível em: <https://data.worldbank.org>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BATISTA JR., P. N. Tensões geopolíticas entre Sul e Norte Global e o nascimento do mundo multipolar. [S.l.]: Jornal da Fórum, 04 ago. 2024. 1 vídeo (26 min.). Disponível em: <https://youtu.be/78YBgZaidHw?si=gfAjD1uujmvnu4Hp>. Acesso em: 05 ago. 2024.

BELLUZZO, L. G. **O capital e suas metamorfoses**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BERGEIJK, P. A. **Deglobalization 2.0: trade and openness during the Great Depression and the Great Recession**. Cheltenham: Edward Elgar, 2019.

CARDOSO, J.; MANO, J. China investiu US\$ 34 bilhões na África na última década, **Poder 360**, Brasília, 4 dez. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/internacional/china-investiu-us-34-bilhoes-na-africa-na-ultima-decada/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

CHANG, H. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.



CHINA. Comitê Central do partido Comunista. **Decisão do comitê central do partido comunista da china sobre um maior aprofundamento integral da reforma em busca da modernização chinesa**. Aprovada na 3ª sessão plenária do 20º Comitê Central do Partido Comunista da China, 18 jul. 2024. Disponível em: <https://portuguese.news.cn/20240721/02212abd1b844479b5d2f3577d64be0a/c.html>. Acesso em: 08 ago. 2024.

FMI – Fundo Monetário Internacional. **World Economic and Financial Surveys: World Economic Outlook Database**. 2024. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FORBES MONEY. Gigantes do transporte marítimo interrompem rotas para a Rússia. Agência **Forbes Money**, São Paulo, 1 mar. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/03/maersk-para-trasporte-maritimo-para-a-russia-e-aumenta-isolamento-do-pais/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

GONÇALVES, R. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, R. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GONCHAROFF, P. Entrevista: “Dólar americano unipolar” se transformou em ferramenta “politicamente armada”, **Sputnik Brasil**, Rio de Janeiro, 01 jul. 2024. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20240701/analista-dolar-americano-unipolar-se-transformou-em-ferramenta-politicamente-armada-35373877.html>. Acesso em: 6 ago. 2024.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998.

JAMES, H. Deglobalization: The Rise of Disembedded Unilateralism, **Annual Review of Financial Economics**, Princeton, v. 10, p. 219-37, 2018. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-financial-110217-022625>. Acesso em: 25 jul. 2024.

KARUNARATNE, N. D. The Globalization-Deglobalization Policy Conundrum, **Forthcoming in Modern Economy**, Queensland, v. 3, n. 4, jul. 2012, p. 373-83. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2096758. Acesso em: 09 ago. 2024.

KOF – Swiss Economic Institute. Globalisation Index. Is Globalisation at its end?, Zurique, 2024. Disponível em: <https://kof.ethz.ch/en/forecasts-and-indicators/indicators/kof-globalisation-index.html>. Acesso em: 29 jul. 2024.

KORNPORST, M.; PAUL, T. V. “Globalization, deglobalization and reglobalization: adapting liberal international order”, **International Affairs**, Oxford, v. 97, n. 5, 2021, p. 1599-1620. Doi.org/10.1093/ia/iab120. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/97/5/1305/6363969>. Acesso em: 02 ago. 2024.

LINS, H. N. Globalização em maré vazante? Apontamentos sobre economia e política em escala mundial no alvorecer do século XXI. In: **XVI Encontro de Economia Catarinense**, 21, 2023, Blumenau. Anais [...]. Blumenau: Fundação Universidade de Blumenau. Disponível: <https://doity.com.br/anais/xvieec/trabalho/274284>. Acesso em: 03 jul. 2024.

LOSURDO, D. **A linguagem do Império: léxico da ideologia estadunidense**. São Paulo: Boitempo, 2010.



LOSURDO, D. **Fuga da História? A revolução russa e a revolução chinesa vista de hoje.** Rio de Janeiro: Revan, 2004.

MERICCS – Mercator Institute for China Studies gGmbH. Mapping the Belt and Road initiative: this is where we stand. Disponível em: <https://merics.org/en/tracker/mapping-belt-and-road-initiative-where-we-stand>. Acesso em: 3 ago. 2024.

NANTULYA, P. Considerações para uma nova base naval chinesa em África. **Africa Center For Strategic Studies**, Washington, 27 mai. 2022. Disponível em: <https://africacenter.org/pt-pt/spotlight/consideracoes-para-uma-nova-base-naval-chinesa-em-africa/>. Acesso em: 09 ago. 2024.

PENG, Y. A economia chinesa em 2024: “Energia positiva” para a economia mundial. Artigo do cônsul geral da China em São Paulo, Yu Peng, destaca a relação com o Brasil e as oportunidades de investimento. **Revista Exame**, São Paulo, 24 fev. 2024. Disponível em: <https://exame.com/mundo/a-economia-chinesa-em-2024-energia-positiva-para-a-economia-mundial/>. Acesso em: 14 jul. 2024.

PEROT, E. The Aukus agreement, what repercussions for the European Union?, **The Robert Schuman Foundation – European Issue**, Berlim, 26 set. 2021. Disponível em: <https://www.robert-schuman.eu/en/european-issues/0608-the-aukus-agreement-what-repercussions-for-the-european-union>. Acesso em: 02 ago. 2024.

PORTER, M. **The Competitive Advantage of Nations**. New York: The Free Press, 1990.

ROGERS, J. A sinocentric world: the Belt and Road Initiative. **Council on Geoeconomy**, 11 mai. 2023. Disponível em: <https://www.geoeconomy.org.uk/research/a-sinocentric-world-the-belt-and-road-initiative>. Acesso em: 4 ago. 2024.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SHANGLI, L. Developing Whole-Process Peoples Democracy to Advance Chinese Modernization. **Theory China: resource for understanding China**, Pequim, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://en.theorychina.org.cn/c/2024-07-15/1506008.shtml>. Acesso em: 15 out. 2024.

SILVA, M. A. da. **O paradigma chinês de globalização**. São Paulo: A terra é redonda, 2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-paradigma-chines-de-globalizacao/>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SPUTNIK BRASIL. África do Sul busca UE para negociar imposto de carbono que prejudica países do BRICS: “Unilateral”, **Sputnik Brasil**, Rio de Janeiro, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://noticiabrasil.net.br/20240731/africa-do-sul-busca-ue-para-negociar-imposto-de-carbono-que-prejudica-paises-do-brics-unilateral-35820620.html>. Acesso em: 6 ago. 2024.

UIBE – University of International Business and Economics; ADB – Asia Development Bank; JETRO – Institute of Developing Economies; WTO – World Trade Organization. **Global Value Chain development report 2023: resilient and sustainable GVCs in turbulent times**. Mandaluyong: UIBE; ADB; JETRO; WTO, 2023. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/gvc_dev_rep23_e.htm. Acesso em: 1 ago. 2024.



UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. **World Investment Report 2020**. New York: United Nations, 2020. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020_en.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

WALLERSTEIN, E. The \$27 Trillion Treasury Market Is Only Getting Bigger. **The Wall Street Journal**, New York, 24 mar. 2024. Disponível em: <https://www.wsj.com/finance/the-27-trillion-treasury-market-is-only-getting-bigger-a9a9d170>. Acesso em: 21 ago. 2024.

WITT, M. De-globalization: Theories, predictions, and opportunities for international business research, **Journal of International Business Studies**, Singapura, v. 50, n. 7, 2019, p. 1053-77. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41267-019-00219-7?vid=190>. Acesso em: 05 ago. 2024.

WOOD, E. M. **O império do capital**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

Recebido em agosto de 2024.

Revisão realizada em junho de 2025.

Aceito para publicação em outubro de 2025.

